

Gustavo Silva Saldanha:

Trivium, arquit-segredos e pós-verdades

Dos *arcana imperii* ao império simbólico no Estado Metainformacional

Abstract:

The mode of making silence (the production of secrecy), as well as its distorted visibility (the production of post-truths) represents a set of informational practices of the historical forms of governing that come from the *arcana misterii*, or secrets of state. These secrets will be the basis for the development of discursive projections, which are consolidated by proliferation, defining, according to a critical interpretation of the linguistic-Marxian background, the daily post-truths in the big data era. This article puts into dialogue the relations between language, secret and post-truth in the contemporary scene. To this end, the reflection indicates the role of a certain cybernetic sophistic, founded on the confluence and application of the "liberal arts" of the trivium (rhetoric, logic and grammar), as the methodology for the construction of a Metainformational State, combining, from language, the relation between domination and defense from the elements of arch-secrets and post-truths.

Agenda:

Introdução à "dominação" do <i>trivium</i> : uma lição nhambiquara sobre o simbólico	92
O <i>trivium</i> : sobre uma história política entre a pós-verdade e os <i>arcana</i>.....	94
A sofisticada cibernética : dentro da máquina-<i>trivium</i> do Estado Metainformacional.....	98
Arquit-segredos e pós-verdades : considerações finais.....	101

Author:

Prof. Dr. Gustavo Saldanha:

- Researcher; Professor; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 22290160 Rio de Janeiro, Brasil
- ☎ + 55 – 21 – 3873 9458 , ✉ saldanhaquim@gmail.com , 🌐 www.ecceliber.org
- Relevant publications:
 - The Philosophy of Language and Knowledge Organization in the 1930's: Pragmatics of Wittgenstein and Ranganathan. Knowledge Organization, v. 41, p. 296, 2014.
 - The demon in the gap of language: Capurro, Ethics and Language in Divided Germany. In: Matthew Kelly; Jared Bielby. (Org.). Information Cultures in the Digital Age. 1ed. Berlin: Springer, 2016, v. 1, p. 253-270.

Introdução à “dominação” do *trivium* : uma lição nhambiquara sobre o simbólico

Em sua presença no Brasil, Claude Lévi-Strauss (1957), conhecedor da ausência de escrita e de outras manifestações complexas de desenho na nação nhambiquara, distribuiu entre os indígenas folhas de papel e lápis. A princípio, os nativos nada fizeram com o material. Poucos dias depois, Lévi-Strauss (1957) viu os indígenas ocupados em traçar linhas horizontais onduladas no papel. Para a interpretação do antropólogo, estavam imitando as ações de inscrição desenvolvidas por ele no cotidiano da convivência, porém sem nenhuma semântica. Na visão de Lévi-Strauss, o chefe do grupo percebera, entretanto, algo distinto.

O líder solicitou um bloco e, a partir dali, parou de comunicar verbalmente as informações demandadas pelo antropólogo. O índio desenhara as linhas sinuosas e as apresentara à Lévi-Strauss. Ambos, antropólogo e líder indígena, encararam o papel e os traços, como se pudessem decifrá-los. Após isso, para comunicar algo ao seu grupo e ao antropólogo, o líder indígena o fazia com o bloco e suas “anotações” à mão, como se “lesse” os elementos gráficos. A passagem conduz Lévi-Strauss (1957) a afirmar que, nesse cenário, o símbolo da escrita estava apropriado pela comunidade nhambiquara, mas a realidade continuava estranha. A escrita se apresentava, pois, em sua condição simbólica, antes de sua função comunicativa prática propriamente dita. Em outras palavras, a linguagem a se apresentava como poder (anterior à manifestação técnica da língua). E esta visão do poder fora imeditamente compreendida pelo líder da comunidade indígena. A mesma conclusão fora apontada por Bruno Latour (2002), ou seja, na Grécia Antiga, Alexandre conhecia certamente as forças potenciais e concretas que podiam ser extintas e/ou provocar massacres a partir de um império de signos. Em outros termos, na interpretação latouriana, a fundamentação simbólica de um dado contexto imprimia uma capacidade de combate (e de exploração) muito superior a qualquer conjunto de aparatos técnico-bélicos, assim como Lévi-Strauss antevira na relação entre os nhambiquara e a escrita.

Segundo Lévi-Strauss (1957), não se tratava, pois, de conhecer, de reter, de compreender, mas de aumentar o prestígio e a autoridade do indivíduo. Esta passagem é conhecida da obra *Tristes Trópicos*, no capítulo XVIII, chamado *Lição de Escrita*. Através do trecho da obra podemos reconhecer um princípio universal do caráter da relação entre linguagem e poder, pela sua condição simbólica, base para a compreensão de uma falsa dicotomia, ou seja, o jogo entre segredo e pós-verdade. Em nossa posição já podia ali ser antevista a engrenagem simbólica do estatuto do *trivium*: uma lógica, uma gramática e uma retórica já se estabelecem no ato do líder indígena, ou seja, notamos uma capacidade de conferir um pressuposto sobre a linguagem, uma capacidade de comunicar e, em terceiro lugar, uma capacidade de persuadir, ainda que em condições distintas daquelas representadas pelas comunidades formalmente ágrafas. Estaríamos diante daquilo que Bakhtin (2006) aborda como o surgimento da consciência e sua afirmação mediante a encarnação material dos signos.

O poder de domar uma linguagem (que se converte facilmente no poder de explorar um povo, como as próprias conclusões de Lévi-Strauss apontarão) está, pois, relacionado com um discurso de verdade que se coloca na figura do líder e na capacidade de manipular signos, retê-los ou disseminá-los com a competência que seu contexto exige. Podemos reconhecer na pequena “alegoria” do poder da linguagem apresentada pelos nhambiquara um modelo de desenvolvimento de regimes de conformação do poder dos estados através da linguagem, onde as noções de segredo e pós-verdade são fundamentais para consolidar os impérios simbólicos, as superestruturas. Do ponto de vista de um marxismo pautado na linguagem, conforme Bakhtin (2006), os produtos desta linguagem são sempre concretos, fundados no mundo social, historicamente tecidos. Em termos bakhtinianos, sem signos não existe ideologia. Logo, não existe poder. Quando chegamos ao Estado cuja base interna e externa é fundamentalmente metainformacional, como o atual, sua condição de (arqui)segredo e de (pós)verdade se estabelece como processo de manipulação sgnica.

Atualmente os potenciais ou falsos segredos de Estado são adotados como verdade, e, mais do que isso, como salvaguarda no contexto público para as verdades ocultas. Por sua vez, existe uma “produção pública de segredos”, das (in)transparências governamentais aos perfis individuais garimpados em redes sociais, gerando a acumulação simultânea e gigantesca de dados para exploração, domínio, controle. Pouco importa, segundo os preceitos persuasivos da pós-verdade, se um dado segredo é falso, ou é verdadeiro. Sua propagação condiciona, em termos de McLuhan (2012), sua condição de crença de verdade. E o jogo de

publicização de discursos (secretos) que se querem (pós)verdades pertence a uma categoria tradicional da filosofia da informação, a arte de produzir e de decifrar códigos.

Eis o projeto inicial de Claude Shannon naquela que, para muitos, representa o núcleo autoral de uma teoria informacional: uma ferramenta capaz de decifrar códigos. Eis a mesma posição da máquina de Alan Turing. Eis a racionalidade do Estado Metainformacional através dos *arcana-informatio*: a institucionalização de uma tecnologia capaz de fundar uma metalinguagem própria para a dominação (ou para lutar contra a sua extinção). Trata-se de um jogo entre o público e o privado, onde as categorias do segredo e da publicidade de conteúdos entram em uma espiral no *big data* e são manipulados conforme os interesses daqueles que controlam a máquina cibernética.

A reflexão sobre o segredo e a pós-verdade no Estado Metainformacional coloca em cena uma das mais antigas problemáticas da filosofia da linguagem: a luta entre uma estrutura ontológica do pensamento, como base para a própria filosofia se constituir, e uma estrutura logológica, segundo a visão e o léxico de Barbara Cassin (2008), espaço este que seria ocupado centralmente pela retórica (tomada genericamente como arte urbana oposta à verdade). Na visão marxista de Bakhtin (2006), diríamos estar diante, sob o ponto de vista logológico, da constante ideológica da linguagem.

Em outras palavras, a pós-verdade poderia ser considerada a prova de uma sofística informacional, ou, ainda, da sofística cibernética, filha também da Retórica. A partir do *big data*, a construção de discursos que simulam e falsificam fontes e “verdades” é potencializada às proporções incalculáveis e às consequências catastróficas que nos levariam de volta à barbárie nas sociedades hoje ditas civilizadas. Contudo, pensar a sofística cibernética como um problema ético de natureza contemporânea é negar, pois, a longa disputa teórica sobre a questão (e tomar a retórica isolada da gramática e da lógica, o que não nos permitiria reconhecer a dimensão da pós-verdade na atualidade, estruturada em vias lógico-matemático-simbólicas, nem suas relações íntimas com o segredo, nem seus fundamentos ideológicos). Essa disputa pode ter Aristóteles e a sua visão sobre a definição do homem como a mais clássica análise de origem do problema.

A condição do homem como animal político estabelece, como lembra Cassin (2008), a definição do ser humano como um ser dotado de *lógos*, a partir do qual é colocada a “natureza” discursiva do humano. O problema pode ser demarcado em Aristóteles, e não através dos dilemas lançados por Sócrates e Platão, uma vez que é com a visão aristotélica que concebemos a condição de complexidade da linguagem no plano político – logo, na sua dimensão ideológica. Em discordância com a visão socrático-platônica, Aristóteles nos lembrará que o problema de uma ética para a cidade não está no uso do discurso, mas nas intenções desse uso. O mal, pois, não está na linguagem, mas nas formas de apropriação da mesma. Aristóteles antecipa, pois, boa parte dos argumentos do marxismo linguístico de Bakhtin (2006).

A partir das questões que essa “dita” “natureza” evoca, a proposta dessa reflexão é colocar em diálogo as relações entre linguagem e poder em seu processo histórico, para chegarmos às relações entre segredo e pós-verdade. Em grande medida, a combinação dos elementos das três artes liberais concebidas no desenvolvimento pedagógico-filosófico do *trivium*, lógica, gramática e retórica, é a responsável pela configuração de um Estado Metainformacional em um certo contexto social e histórico o qual chamamos aqui sofística cibernética, onde a pós-verdade se coloca como terrorismo discursivo, e os segredos como armas de guerra. De Aristóteles à McLuhan existe uma compreensão e a evidência do papel da linguagem na política e na construção da cidade, seus usos, seus riscos. A pós-verdade, como fenômeno fundamentalmente social e linguístico, como forma ideológica, é uma marca dessa evidência. Mas ela não pode existir, na sofística cibernética, sem o segredo, como discutiremos nessa reflexão.

No plano de uma filosofia da informação, nós percebemos que a cibernética, como uma arte do piloto, se torna (ou se reafirma como) a marca do Estado contemporâneo para assumir as condições de poder. Esse poder, no entanto, não é construído (apenas) pela noção de direção. Trata-se de uma arte de dominar as máquinas que permitem o domínio e a alienação do povo. Estamos, nesse contexto, dentro de uma espécie de “doutrina do *lógos*”, identificada em contextos distintos das revisões clássicas de Marshall McLuhan (2012) e de Barbara Cassin (2005). Em uma visão crítica, a pós-verdade nada mais é do que um pequeno dispositivo técnico desta doutrina, cuja abordagem crítica está fundada na dominação e na opressão, e na periódica

manipulação de segredos manifestados através da linguagem lógica, gramatical e retórica. Sob a via do marxismo da linguagem, o que presenciamos é exatamente o que Bakhtin (2006) tratava como ubiquidade social, referindo-se à palavra, ao papel da linguagem no tecido do mundo.

Para além da definição de Capurro (1992), que concebe uma epistemologia da Ciência da Informação como filha da Retórica, nós pretendemos, pois, afirmar com essa reflexão que a filosofia da informação é uma filha do *trivium*, ou seja, da construção social e histórica dos usos e das aplicações da linguagem. Do mesmo modo, o desenvolvimento de uma e de várias teorias da informação, culminando na conhecida "teoria matemática da comunicação" do século XX, é fruto das relações entre aportes teóricos e aplicações dessa filosofia a partir da relação entre as artes liberais da gramática, da retórica e da lógica, engrenagem que marca o perfil de construção ideológica de um Estado fundado nos *arcana-informatio*, um Estado Metainformacional.

A cibernética de um Estado Metainformacional servirá pontualmente para o desenvolvimento de modos de controle do discurso e de sua hiperprodução no sentido dos interesses do governo. Essa característica demonstra a força da pós-verdade em um Estado que tem o discurso como sua ferramenta central. Em outros termos, identificamos um Estado fundado (incluindo seus projetos de liberdade, de igualdade e de justiça) na estrutura do *trivium* e dependente de suas máquinas, estas, por sua vez, que atuam diariamente com o controle, a violação e a disseminação do segredo.

O *trivium* : sobre uma história política entre a pós-verdade e os *arcana*

O breve relato apresentado acima sobre os indígenas nhambiquara no Brasil não leva Lévi-Strauss (1957) a considerar ingenuamente que a escrita representa a única relação direta das transformações extraordinárias da humanidade. Para o antropólogo, períodos extremamente criativos, como o Neolítico, foram constituídos com a ausência de uma cultura gráfica. Entretanto, Lévi-Strauss (1957) demonstra, a partir de uma experiência local e de relatos de diferentes observações etnográficas, que o único fenômeno que acompanhou efetivamente o desenvolvimento da escrita é a formação de cidades e impérios, ou seja, a integração de sistemas políticos com um conjunto considerável de sujeitos e sua hierarquização em castas e em classes.

Nas palavras do antropólogo,

Tal é, em todo caso, a evolução típica a que assistimos, desde o Egito até a China, no momento em que a escrita faz a sua aparição: **ela parece favorecer a exploração dos homens antes de iluminá-los.** [...]. Se minha hipótese for exata, é preciso admitir que a função primária da comunicação escrita é facilitar a escravidão. (Lévi-Strauss, 1957, p. 316, grifo nosso)

Lévi-Strauss (1957) reconhece que não é possível generalizar a interpretação. Não é fato que toda pressuposição de presença da escrita estabelece essa relação de exploração como primária à própria condição de uso da escrita. Ou seja, nós não estamos aqui afirmando que a escravidão é resultado da escrita (e dos modos complexos de desenvolvimento do *trivium*, dentre os quais a escrita é apenas um instrumento e um método posterior). Porém, a hipótese é minimamente fácil de ser confirmada nos mais diferentes contextos segundo o antropólogo, do mundo antigo ao mundo moderno.

Em termos bakhtinianos, no entanto, podemos afirmar que, como parte da linguagem, o relato dos nhambiquara sobre a escrita demonstra que as formas do signo estão condicionadas por uma dada organização social e pelas condições de interação. Logo, não é possível separar ideologia e a realidade material do signo. Nem é possível isolar os construtos de um mundo social, concreto, como a escravidão, das hierarquias e das divisões já dadas pela própria linguagem. Assim, o mundo social e suas compartimentalizações está (re)produzido na especulação da linguagem formal e nas aberturas de sentido das linguagens ordinárias.

Como nos lembra Auroux (1998), desde o nascimento da silogística aristotélica nós conhecemos uma definição da noção de linguagem formal. Todavia, somente dois milênios depois temos a transformação da abordagem lógica na relação com a abordagem do cálculo. O cruzamento dessas correntes nos conduz ao processamento automático da linguagem. Com Boole, no século XIX, nós entraremos em contato com as primeiras máquinas calculadoras lógicas, ou seja, chegamos à materialização dos princípios silogísticos.

No século seguinte, nós sabemos, encontramos avanços extraordinários nessa máquina. Definida por Auroux (1998) como uma entidade matemática, a chamada máquina de Turing era um sistema leitor de símbolos que representava a classe mais geral de autômatos abstratos. A raiz conceitual de Turing está definida pela noção de algoritmo, um procedimento de cálculo efetivo. Posteriormente, essa noção passou a significar um procedimento que descreve, de modo totalmente explícito, as etapas, em um número finito, que permitem obter um determinado resultado a partir de dados.

Porém, se nos determos apenas à interpretação contemporânea, impregnada pelas visões de aplicação e de uso da noção de algoritmo na *web*, nós não conseguiremos compreender a dinâmica histórica e a expressão política da linguagem aqui contida. Nós ficaríamos retidos, agora, na lógica (e não na Retórica, o problema linguístico-político da Antiguidade socrático-platônica). Não podemos, neste sentido, conhecer a estrutura do *trivium* por trás dessa caracterização, e o jogo entre gramática (capacidade de criar símbolos para comunicar) e a retórica (capacidade de comunicar, que pressupõe a persuasão) na arena ubíqua do *big data*.

Nesse contexto, Auroux (1998) nos lembra que uma das maneiras mais simples de compreender a noção histórica do algoritmo, bem como as suas aplicações, é realizar a aproximação aos exemplos gramaticais, ou seja, ao uso cotidiano da língua (modelo que nos leva, pois, a discutir a anterioridade da escrita no dilema simbólico dos nhambiquara). O uso, por exemplo, que o falante de um idioma faz do passado do verbo "cantar", a partir do conhecimento do grupo verbal desse mesmo verbo e da sua desinência, permite-nos concluir que ele está adotando um procedimento algorítmico. Ou seja, desde que as listas de paradigmas verbais começaram a ser usadas, adentramos o contexto de aplicação direta de um tratamento algorítmico da linguagem humana. Em um olhar crítico bakhtiniano, já estamos aqui demonstrando os elementos de uma reprodução ideológica do mundo concreto, suas exclusões, suas elites, seus massacres.

Do mesmo modo, partindo da pressuposição do exemplo anterior, podemos compreender, retomando Aristóteles (1966, 1971), que a Retórica (bem como a Poética) não está nem distante nem em contradição com a lógica. Uma possível separação da retórica (das artes do discurso) da lógica e da gramática seria um caminho errado para a compreensão do problema da linguagem no mundo político (dos segredos à pós-verdade). Seria, pois, isolar a ideologia da máquina cibernética, compreendê-la como um autômato na "macro" e na "micro história". Essa articulação realizada por Aristóteles é fundamental para reconhecer, pois, o papel (opressor) da linguagem em todas as instâncias humanas, a partir da principal delas, no sentido aristotélico, a política.

Cassin (2008) nos leva a compreender o papel fundacional do desenvolvimento do político a partir do *lógos*. Em seus termos, o desenvolvimento da cidade é fruto da logologia, o fruto de um mundo onde os homens vivem juntos a partir de seus modos de fala. A cidadania se condiciona como consistência lógico-gramático-retórica do liame social, a autonomia do político. O *logos*, desta maneira, é a produção contínua da cidade, local dos consensos, dos dissensos, dos acordos, da contradição. Assim, a substituição do físico pelo político se dá como partilha, como um acordo discursivo. No plano marxista, porém, encontramos aqui a condição da dialética interna do signo, ou seja, segundo Bakhtin (2006), toda manifestação da linguagem demonstra a presença de um signo ideológico dominante. O nascimento da política, pois, é também (ou primariamente é) o aparecimento da injustiça como categoria de análise: é a primeira vez que o homem percebe que o lugar do escravo e do bárbaro não é o da polis, da política; eles estão excluídos da arena do discurso, não fazem parte da cidade.

Por sua vez, o problema da conhecida crítica filosófica à linguagem está na capacidade persuasiva da Retórica, a mais odiada das artes liberais pelos socrático-platônicos. Como aponta Cassin (2008), essa crítica está presente no debate sobre a mentira (um dos elementos centrais atualmente das análises sobre a pós-verdade). Cassin (2008) demonstra que o retorno da retórica da sofística no mundo romano, por exemplo, se

dá em razão da coisa pública, a necessidade do orador-cidadão atuar no mundo político. O discurso moral, aqui, é central para a constituição da cidade. A eloquência, pois, não pode faltar à democracia.

Se a essência do homem aristotélico está na construção da cidade e se este homem é fundamentalmente um homem político, é através da e para a linguagem que a formação deste homem se estabelece. O exercício de manipulação da linguagem é, assim, condição do gênero humano “separado” daqueles que não possuem o direito de fala (escravos e bárbaros). E sua reprodução é marca de um processo ditto democrático. As dicotomias entre sigilo e publicização, fonte e interpretação, segredo e pós-verdade são constituídas, pois, não como externas ao sujeito histórico, mas como parte da própria fundamentação humana desse sujeito, de sua vivência na e pela dialética do signo ideológico. O resultado da formação do sujeito a partir do *trivium* é a certeza (humana) de que a pós-verdade é tão antiga quanto a própria condição do sujeito (e de seus segredos). E o uso político (aqui, poderíamos dizer, o uso persuasivo, ou fundamento simbólico) da verdade é igualmente histórico e socialmente construído pela manipulação dos segredos (do Estado e dos indivíduos).

É no mesmo contexto de percepção do papel da linguagem no mundo social que encontramos as interpretações da informação no mundo contemporâneo. O vasto trabalho de McLuhan (2012, 2017) sobre o *trivium* nos leva à compreensão do papel da linguagem no plano da cidade (o plano da política). A famosa noção que estabelece “o meio como mensagem” é fruto, pois, de um estudo epistemológico e histórico sobre a construção da linguagem e sobre os modos como a linguagem construiu nossas condições políticas (da democracia à tirania, passando por qualquer contexto de uso do duplo linguagem-poder). Uma certa “gênese” do “homem tipográfico” procurada por McLuhan (2017) nada mais é do que a compreensão do homem político moderno, e do modo moderno de se fazer política, dentro do qual a pós-verdade é apenas um dispositivo, um produto da linguagem. Se partimos das análises bakhtinianas, poderíamos dizer: o meio é a ideologia.

Neste sentido, a pós-verdade não é a constituição de uma mentira, ou de uma deturpação da fonte, ou, ainda, de uma descontextualização. A pós-verdade representa, no plano da crítica socrático-platônica ao universo sofístico, o uso intensivo, a partir das máquinas do *trivium*, da absoluta capacidade de domínio e de exploração permitidas pela linguagem na formação do homem (político). A automação do *trivium* (após a máquina de Turing), sua modelização, sua formalização, conduz ao contexto máximo de potencial de uso político da linguagem, marca do *big data*, fonte do Estado Metainformacional (um plano de voo governamental que se fundamenta no acúmulo de dados para um determinado fim).

Em outros termos, podemos conceber que o Estado Moderno é fruto do homem tipográfico investigado por McLuhan (2012, 2017) e sua repercussão mais recente é fruto da intensa aplicação do *trivium* (capacidade lógica de fluxos de dados, capacidade gramatical de interoperabilidade e de compartilhamento semântico registros e de ideias, capacidade retórica de persuasão de discursos e de promoção da ação a partir de tais discursos). A passagem de um Estado baseado em fontes impressas – a marca do Estado Iluminista – para um Estado fundado no poder do discurso de massa radiofônico e televisivo clássico, a base do Estado Metainformacional propriamente dito, tem como direção atual um Estado dependente diretamente da condição cibernética, de uso e reuso, extinção e ocultamento, de dados sobre dados.

Essa aplicação do *trivium* parece diretamente relacionada, pois, à pós-verdade, como único dispositivo do desdobramento de uma sofisticada cibernética. No entanto, a construção das formas discursivas de governo, a condição de fundamentação de um mundo político, se dá a partir de muitos outros produtos das artes liberais da linguagem. E no mesmo contexto de cruzamento do *trivium*, ou seja, de aplicação de lógica, gramática e retórica, reconhecemos a cidade (a política) como fundada na capacidade de construir e de reter o segredo. Chegamos, pois, aos *arcana imperii*, ou segredos de estado, elemento central para a invenção do Estado Moderno.

Segundo os estudos de Senellart (2006), Aganbem (2008) e Catanzariti (2010), a noção de *arcana imperii* indica a questão das artes secretas de governar (uma imitação dos segredos da natureza a serem revelados, ou dominados, ou controlados, ou dos segredos divinos a serem revelados, ou dominados, ou ocultados). *Arcana* em latim é o plural de *arcanum*, ou seja, aquilo que está oculto, o segredo. Como aponta Catanzariti (2010) existe uma relação clara entre os *arcana* e o poder. Trata-se do jogo dialético entre o público

e o privado. Do ponto de vista desta dialética, os *arcana* funcionam como forma de poder sustentada pela ausência de visibilidade como uma estratégia de controle. O estudo de Senellart (2006) demonstrará como os *arcana* são centrais tanto no plano político quanto no plano técnico: as artes de criação de uma linguagem secreta.

Retornamos, pois, ao coração da sofisticada cibernética: entre Shannon, Turing e Wiener, nos anos 1940, no esplendor de um Estado Informacional clássico (então estruturado nas fontes de informação de massa), nós nos deparamos com as técnicas de criptografia, ou o desenvolvimento de uma escrita secreta para as coisas do Estado. O segredo, pois, está no coração de um dito Estado Metainformacional. Outra vez reencontramos o antropólogo Lévi-Strauss diante do líder indígena que compreende imediatamente o poder da escrita, muito antes de compreender o seu sentido. Como aponta Paul Otlet (1934), de tempos em tempos, os governos e os homens políticos adotam linguagens criptografadas por razões inegavelmente de poder. A conhecida máquina de Turing nada mais é do que um modelo de desenvolvimento desse tipo de ferramenta, em contexto de guerra, para decifrar os códigos alemães. Os usos políticos da criptografia e seu papel no desenvolvimento do Estado Moderno são demonstrados por Senellart (2006).

A criptografia é, pois, claramente um mecanismo de poder oriundo de ferramentas do *trivium*. É uma ferramenta central para as dicotomias modernas entre o público e o privado. Quando dimensionada a partir das relações entre lógica, gramática e retórica após a máquina de Turing, percebemos que essa condição de segredo se coloca como um dos elementos mais diretamente relacionados às guerras contemporâneas no universo do *big data*. Entretanto, a condição política dos *arcana* (nós poderíamos dizer, como Barbara Cassin, a condição logológica ou, ainda, a condição do *trivium* dentro dos *arcana*, ou, por fim, com Bakhtin, a condição ideológica do segredo) é a marca também da própria condição política do homem. Retomando os pressupostos aristotélicos, se esse homem político é substancialmente um homem dotado de fala, a política se estabelece sob diferentes estratégias linguísticas dos *arcana*.

Para Catanzariti (2010) o uso moderno dos *arcana* se encontra no chamado *political Mannerism*. O processo de secularização da noção medieval de segredo leva, no século XVII, à aplicação direta da noção à concepção de Estado Moderno. Trata-se da concepção de um espaço vazio entre o contrato social e o espaço de liberdade. Esse espaço vazio atua como “meio de comunicação” entre o poder público e o povo. A lei só existe, pois, em seus silêncios. Trata-se, aqui, da construção de um mundo do poder completamente distante do mundo civil. Um possível debate (acesso aos segredos) pode levar a uma guerra civil. Daí a relevância do segredo. E a prioridade das técnicas (incluindo a criptografia, ou seja, o conjunto de técnicas informacionais do segredo) para a construção do Estado em detrimento da própria lei.

No Iluminismo, segundo Catanzariti (2010), nós identificamos, no entanto, a princípio, uma forma contrária de abordar a questão do segredo. A ideia do uso público da razão pressupõe a deliberação. Há, pois, um postulado da publicização do discurso. É nesse contexto, dentro do século XVIII, que se estabelece, ao mesmo tempo, uma nova elite, a conhecida burguesia (incluindo a burguesia intelectual). É através da atuação pública de seu discurso, através da persuasão, que essa classe começa a substituir os antigos conselheiros do rei. Essa classe passa a ser a nova “voz” dos governantes, a sua nova mecenas, a nova sua base moral e, por fim, a sua nova proteção linguística, sentinela dos *arcana*, detentora que é das máquinas do *trivium*, de Gutemberg à Internet.

Até esse momento, ou seja, até o Iluminismo, Catanzariti (2010) elenca três espécies clássicas de segredos que constituem o progressivo modelo de invenção do poder (pela linguagem, diríamos nós). As espécies são: *arcana dei*, *arcana naturae*, *arcana imperii*. O primeiro “segredo” responde pelo acesso à verdade divina. O segundo, o acesso às leis da natureza. O terceiro, o acesso à razão do Estado. Se o Iluminismo quebra a construção dos sigilos dos palácios como forma de dominação, ao mesmo tempo se estabelece uma outra condição para o universo da linguagem do Estado (um outro modo de exploração pela via do segredo): ali, no Iluminismo, uma dita “opinião pública” nasce ao mesmo tempo em que o poder não se estabelece pelo discurso público em sua amplitude. As chamadas classes médias encontram, pois, uma posição “linguística” dentro da sociedade: não na esfera pública em seu sentido democrático ideal, em um fórum total (utópico) ou em um projeto de representação equilibrado, mas em seus “clubes” privados, em suas linguagens particulares.

Os segredos, pois, são tomados agora como parte de uma ética das classes, das minorias burguesas. Na interpretação de Catanzariti (2010), o direito à privacidade se constitui, pois, no mundo pós-Iluminista burguês, como garantia ao segredo das classes detentoras do capital. Esse movimento, nós acreditamos, é a base do ponto de vista marxiano sobre a movimentação das estruturas sob um sistema da linguagem, ou seja, sob o *trivium*. Conforme Bakhtin (2006), a compreensão do signo permite-nos observar com profundidade a continuidade do processo dialético de evolução que vai da infraestrutura à superestrutura, como a condição da retenção de segredos da classe média "liberal" nascitura. Produzir e reter os segredos de uma dita esfera pública, ter acesso aos segredos de Estado e controla-los sob a sua influência, passam a ser instâncias do cotidiano de uma sociedade burguesa que, distante de um contexto público aberto onde a maioria tem voz (ou, ou seja, o contexto onde se posiciona a maioria não detentora do capital), pode tecer as (pós)verdades que lhe convém.

Na sofística cibernética, essa condição discursiva é a base não apenas para o controle dos *arcana* do Estado Metainformacional protegidos pelos detedores dos meios de programação e de reprogramação das fontes (condição técnica do *trivium* antevista por Marshall McLuhan, mas agora sob a face do *big data*). O uso das máquinas do *trivium* vai muito além da fundamentação de um controle dos segredos. O uso está diretamente ligado à produção intensiva de "verdades", de propagação de fontes em contextos distintos e de distorção de conteúdos e de formas. Não se trata, pois, como já mencionado, apenas de descontextualização e de mentira, trata-se da profunda capacidade de uma dada classe de manipular a lógica (alterar ou não o algoritmo), a gramática (interferir nos signos que permitem ou não a comunicação) e a retórica (investir ou não na persuasão) de um conjunto inabarcável de metadados.

Dentro da sofística cibernética essa se torna, pois, a marca de um Estado Metainformacional. A estratégia das infoartes de governar está alicercada, pois, nos limites do silêncio absoluto (o distanciamento entre as ações estado e o conhecimento dos cidadãos) e a profusão intensiva de (meta)dados (falsos ou verdadeiros), constituintes de uma dada pós-verdade, ou do grande mural turvo de dados desconexos que são humanamente ininteligíveis (ou seja, apenas passíveis de leitura através da "máquina"). Trata-se de um permanente processo metainformacional de transformação programada (vide toda a "simplicidade" da máquina de Turing) de infraestruturas em superestruturas.

A sofística cibernética : dentro da máquina-*trivium* do Estado Metainformacional

O Estado Metainformacional reveste-se, pois, de um conjunto absolutamente rígido de "mistérios expressos", de "segredos públicos" e de "silêncios povoados de alarido". O uso das armas dos *arcana-informatio* não está vinculado apenas em absoluto (quase metafísico) ao "não dizer", ao "não publicizar", ao "evitar que a imprensa e o povo saibam", mas, simultaneamente, está atrelado ao uso intenso, na contemporaneidade, de um jogo extremamente complexo. Este jogo é ao mesmo tempo construído a partir de articulações de extrema "simplicidade" do *trivium*, retiradas, por exemplo, de exercícios primários de lógica aplicados retoricamente em gramáticas descontextualizadas, de circulação de dados, de escutas, de textos, de imagens.

Vejamos com Braman (2006) algumas das características principais daquilo que a autora trata como "Estado informacional", mas que, para nós, coerentemente, representaria o "Estado Metainformacional":

- The informational state knows more and more about individuals, while individuals know less and less about the state.

- In the informational state, the panspectron has replaced the panopticon – in this context, in which information is gathered about everything, all the time, and particular subjects become visible only in response to the asking of a question.
- There is a gap between the identity of the informational state as perceived by those in government and as perceived by citizens.
- While digital technologies could have expanded possibilities for public participation in voting via referenda, the technologies of today's electronic voting machines reduce the confidence of individual voters that their votes will be accurately recorded and remain unmanipulated.
- The individual disappears in the informational state into a probability.
- Access to information is used by the informational state for proactive persuasive purposes.
- The clarity with which those within the United States have understood whether they are, or are not, citizens has given way to uncertainty regarding both that identity and what it means in terms of rights and responsibilities.
- The range of types of threats to freedom of speech is expanding. (Braman, 2006)

Em todas as características listadas por Braman (2006) podemos reencontrar o debate filosófico de Sócrates e Fedro, na conhecida fundamentação do problema da linguagem dentro da cidade. Um exemplo é o apontamento socrático sobre a capacidade retórica de produzir discussões vazias em um mundo completamente tomado por argumentos (comentários, adjetivações, dados e mais dados), afastando-nos de modo radical (Estado e cidadão) da verdade. Podemos, do mesmo modo, encontrar as posições de Aristóteles e suas avaliações críticas sobre uma ética do discurso, ou seja, elementos advindos da visão do Estagirita sobre a linguagem e a política, como seu potencial para a feitura da democracia e da própria filosofia, porém sob condições não-lógicas, passíveis de manipulação. Em termos gerais, podemos reconhecer o papel do *trivium* como a marca de constituição de um Estado Metainformacional. Nesse caso, em plena ocorrência de uma sofística cibernética. E, por fim, encontramos ainda toda a dialética do uso do mundo metainformacional para a exploração, o domínio, o controle: quanto mais o Estado sabe dos indivíduos, menos eles sabem do Estado; o mundo político (o mundo dos cidadãos) é dado pelo panspectron, ação permanente de varredura de dados dos indivíduos a todo momento e em todos os lugares (ou seja, a cidade como o espaço discursivo, segundo a leitura cassiniana do *lógos* aristotélico, de construção da luta pela verdade, e não da sua negação); avanço das possibilidades de transparência do Estado inferior ao crescimento da desconfiança das práticas democráticas dos governos; o acesso à informação é adotado fundamentalmente para fins persuasivos de determinadas propensões ideológicas.

Os processos resultantes do *trivium* que permitem reconstituir picos de delírio coletivo e profundos vales cinzas de apaziguamento das almas, reestabelecendo outras coreografias para os sentimentos civis, de modo a engendrar uma "ética informe", carente não do ato de transformação autorreflexivo, mas sempre de uma prótese (a informação) para lhe permitir "tomar a posição", "mudar de lado", "ir para rua", ou "ficar parado para sempre diante de uma *time line* alegórica", à espera de outras próteses. Não se pode, à moda pós-estruturalista, chegar ao ingênuo extremo de que os *arcana* e suas metodologias estão suspensas (ou extintas). Eles estão hoje, no plano ideológico da linguagem, reconhecidos como *arcana-informatio*, manifestações concretas e dinâmicas de signos dispersos em fontes conectadas, usados em contínuo processo de recontextualização para a construção ou conservação de superestruturas programadas em espaços finitos de atuação do dominador.

No Estado Metainformacional a pulverização de dados é tão intensa a quanto sua disseminação, e a falácia da preservação por proliferação é a desdita fé de "entrega" dos papéis institucionais clássicos do Estado às comunidades, tribos, organizações não governamentais e culturas voluntárias, que podem dizer sim ou não na intermitência particular de suas escolhas. É na linguagem, especificamente nos modos de fala, como indica a abordagem linguístico-marxiana de Bakhtin (2006), arena de confronto dos valores sociais contraditórios, onde os *arcana-informatio* estão, mais clara e tecnicamente ocultados do que nunca; e ao mesmo tempo

disseminados em uma transparência ubíqua que estabelece sua condição estrutural na concretude do cotidiano informacional dos sujeitos.

Essa ordem metainformacional de reapropriação dos discursos exige, pois, um *ethos* que se coloca não fora, e não contra a linguagem. Trata-se de uma problematização ética que tem a linguagem como um horizonte. Essa é a posição da Política em Aristóteles. Essa é a interpretação de um pensamento logológico segundo a via cassiniana. Esse *ethos*, na visão de Capurro (1992, 2009), depende justamente de um processo fundado, pois, na própria linguagem. É nesse cenário que podemos perceber, na filosofia da informação e na epistemologia da Ciência da Informação, entre a crítica do segredo de estado tomado como arma metainformacional de defesa contra o povo (muito antes de crontole e direção) e da pós-verdade, como o uso social via proliferação da violação da verdade, a demanda de uma ética intercultural da informação, conforme o léxico de Capurro (2009) centrada na categoria do contexto e da alteridade como forma de conter os usos distorcidos da verdade e do segredo na invenção da democracia, na formação contínua da cidade justa.

Segundo Senellart (2006), a construção dos *arcana imperii* como modelo de construção do Estado Absoluto está baseado em um artifício linguístico. Eis aqui uma centralidade do pensamento absolutista. Esse Estado Moderno está diretamente relacionado, pois, ao chamado *regimen* cristão. Trata-se, pois, de um modo de conceber a fundação do Estado a partir das forças discursivas. Na análise da visão de Maquiavel, Senellart (2006) compreende que o autor do Príncipe constitui uma retórica que desmistifica a relação entre bem-comum e interesse público. Maquiavel, na visão senellartiana, mais do que ter evidenciado o fato da dominação na prática do governo e reduzir a arte de governar ao conjunto de meios de proteger o príncipe de seus súditos, concebeu a ideia do governo convertido em dominação: a figura de linguagem que coloca o povo não como um rebanho a apascentar ou uma família a dirigir, mas uma ameaça permanente.

Segundo Senellart (2006), o pensamento medieval, desde Santo Agostinho, opõe o *regere* (dirigir, governar, comandar) e o dominar. O *regere* é, pois, uma atividade de conduzir o povo, contrário à dominação. Ao longo do período medieval se estabelece, pois, uma visão de oposição entre governar e dominar. Com Maquiavel uma arte utópica de governar é destituída. A partir do pensamento de Maquiavel nós encontramos uma arte pragmática, voltada para as condições concretas de êxito. Essa mudança vai além da Idade Média. Maquiavel, de acordo com Senellart (2006), está apagando a posição política de Platão e sua figura do rei piloto que governa a nave do Estado na Antiguidade. O príncipe de Maquiavel não governa; ele domina; ele reina sem objetivos, a partir de relações de força. A fonte do poder passa a ser essa força, e não a projeção da direção.

Na interpretação de Senellart (2006), pois, o Estado Moderno se constrói na medida em que estabelece um discurso de racionalidade orientado para a dialética do governar-dominar. É preciso, para esse Estado, identificar os meios da dominação que permitem ao príncipe garantir sua própria segurança. Em nossa interpretação, o desenvolvimento do Estado Moderno (bibliológico em sua natureza, pautado na fundamentação do conhecimento pelo livro da natureza manifesto – e tão somente manifesto - no próprio livro, de Gutemberg ao Iluminismo e sua Enciclopédia) na direção de um Estado Informacional (alicerçado pela imensa capacidade de persuasão das máquinas de comunicação em massa, dos diários impressos ao rádio e à televisão) e de um Estado Metainformacional (fundado no metadado em rede, dependente objetivamente das redes sociais, do fluxo da opinião interconectada), sustenta toda a sua possibilidade de dominação na guerra pelo controle das estruturas comuns do *trivium*.

Os mistérios do Estado em geral se situam, assim, em terrenos absolutamente alheios aos interesses públicos. E a condição de seu silêncio e-ou de sua gritaria é fato conceitual, pois, tanto na história da política quanto na filosofia política. O modo, contudo, de feitura do silêncio, bem como de sua visibilidade estratégica, não pode ser tomado como espaço do inaudível, muito menos do inefável. Como aponta Catanzariti (2010), se é verdade que o segredo é o escudo da mais forte tirania, é também uma tentação irresistível para a democracia. Os elementos de cálculo, da maquinação, das práticas ocultas abarcam os *arcana misterii*, ou segredos de estado, são constituídos historicamente não por uma metafísica do papa, príncipe governante, do presidente, do ditador ou do primeiro ministro, ou seja, pela língua adâmica absconsa dos "eleitos". Os *arcana* em questão são constituídos por uma engrenagem linguística e metalinguística, com métodos e finalidades

prescritas. A lei da tranquilidade civil se torna um *ethos* central do Estado histórico, muito antes de uma egocracia, e, naturalmente, também muito distante de uma socialização universal dos direitos, dos bens e dos prazeres.

Para tal, o Estado atual reveste-se de um método metainformacional de elaboração de verossimilhanças com as verdades redesenhadas por cada sociedade contingencial que re(forma) sua muralha simbólica. No encaixe das relações entre o Estado, ética e política, eis o papel da metainformação, em seu estatuto simbólico, como desdobramento do mundo da linguagem, na construção e na desconstrução de máquinas de guerra. Mais do que isso, o estado se constitui a partir de uma condição fundamental dos *arcana*, porém sob uma relação inversa dos *arcana imperii*: trata-se de se constituir, enquanto Estado, a partir dos segredos do outro, das intimidades publicizadas (ou não) do povo. Se o pressuposto do sujeito aristotélico (a condição humana) está na linguagem, nos modos de expressão manifestados por essa linguagem, o Estado tem condições, em um dado contexto chamada sofística cibernética, de dominar a partir do mais íntimo processo de manifestação do sujeito, sua linguagem primitiva, adotada no cotidiano. Logo, a sofística cibernética permite ao Estado Metainformacional criar meios para atuar na dialética de defesa (contra o povo) e de domínio (do povo).

Tal engrenagem é, como visto, em grande parte, fruto histórico-filosófico, no coração da constituição de um *ethos* Ocidental, da "alquimia" do *trivium*, ou das artes liberais da linguagem, força central (pedagógica, energia de formação do *ethos* do indivíduo-governante medieval) para o desenvolvimento de um modo de composição moral que perpassa mais de dois milênios e pode ser reconhecido como consolidado a partir da "virada linguística" pós-século XIX. A arte de governar na sofística cibernética é um modo de manipular duplamente a noção de segredo a partir das técnicas da linguagem: ocultação das intenções (independentemente das condições constitucionais pré-estabelecidas); uso de seus arqui-segredos individuais espalhados na rede para a consolidação de seus projetos silenciosos.

Arqui-segredos e pós-verdades : considerações finais

A história apresentada por Lévi-Strauss ilustra a condição de uma sofística cibernética em suas mais abissais linhagens culturais de nascimento. Nas comunidades estudadas pelo antropólogo, em diferentes contextos, se estabelece um "regime" específico para uma cultura escrita. O escriba das sociedades que possuíam uma tradição gráfica era um personagem de destaque na hierarquia social. Sua função é acompanhada objetivamente de poder. Isso se dá porque a escrita fundamenta um domínio do escriba (e da escrita) sobre os demais sujeitos. Para aquém e para além da escrita, apontamos que o complexo do *trivium* demarca essa condição do poder, ou seja, a possibilidade de fundamentação do poder depende das artes liberais da linguagem.

Se concordarmos com a análise do Estado Moderno realizada por Senellart (2006) e com a possibilidade de extensão da interpretação de Lévi-Strauss (1957), podemos perceber que a máquina da linguagem é usada fundamentalmente para a opressão no desenvolvimento do Estado. Em grande medida, toda a interpretação marxista do signo em Bakhtin (2006) aponta para esse dilema. Essa é, nós reconhecemos, uma visão pessimista e parcial da própria história da escrita, por exemplo. Como observa Auroux (1998), é incontestável que a escrita só se mantém e se desenvolve em sociedades com hierarquias pré-estabelecidas. Do mesmo modo, a escrita mantém nesse processo histórico relações diretas com o poder. Entretanto, lembra Auroux (1998), a escrita é também fruto do desenvolvimento de diferentes formas de liberdade, ou seja, é adotada exatamente para o desenvolvimento de ações contrárias à opressão, como o caso do desenvolvimento da ciência.

No mesmo contexto, retomando Catanzariti (2010), uma certa racionalidade do Estado depende de uma aglomeração sem fim de dados, o que implica a produção de verdades, ou, dito de outra forma, efeitos de verdade. Esses efeitos agem diretamente sobre a vida. O distanciamento entre os segredos de Estado ou o uso de pós-verdades para evidenciar falsas constatações sobre esse mesmo Estado demonstram os dilemas da fragilidade das estruturas democráticas contemporâneas (o uso da linguagem oculta ou transparente para

afastar, e não para partilhar, o Estado do povo). Segredos e pós-verdades servem, pois, pura e simplesmente para a reprodução de um uso estratégico do poder, a perpetuação da dominação como marca do Estado Moderno.

Dentro do processo histórico de constituição do homem no Ocidente, ao menos, não podemos conceber nenhuma forma de desenvolvimento político onde a pós-verdade, fruto do maquinário simbólico-técnico do *trivium*, não atue na esfera pública. Do mesmo modo, não podemos conceber uma visão política ocidental que não conheça os métodos dos *arcana* para sua constituição. Os arqui-segredos (os mais íntimos dados do Estado e do sujeito) e a pós-verdade são unidades elementares dos processos de luta social nas disputas democráticas. Nega-los é negar o desenvolvimento dos princípios da própria cidadania (desde a noção porosa da Grécia "cidadã"). Não os conhecer é aproximar-se das condições gregas do homem bárbaro. Toma-los como naturais, ao mesmo tempo, significa reconhecer o trauma da ausência completa de um pressuposto humano dos sujeitos, sua ausência linguagem. Não é, pois, fora da linguagem que a luta contra o segredo e a pós-verdade se dá. Mas dentro dela. Não existe um "fora" desse império simbólico onde a ideologia se transfigura em superestrutura, diria-nos Bakhtin (2006).

Para uma leitura crítica do desenvolvimento de uma perspectiva da pós-verdade, nós podemos perceber que estamos diante do tradicional uso opressor das máquinas do *trivium*: a linguagem como arma de dominação central do Estado. Isso nos permite compreender a filosofia da informação como resultado do desenvolvimento social e histórico do *trivium*, e as teorias da informação como tentativas históricas de comprovar a aplicação dos grandes conceitos informacionais na "cidade", no espaço de invenção da política (e da mais alta e rigorosa noção de exploração do homem pelo homem, ou, em termos cibernéticos sob a crítica marxiana, do uso humano de seres humanos). A ideia de opressão e a ideia de dominação, a ideia de divisão de classes e a ideia de hierarquia, por exemplo, são conceitos da filosofia da informação, posto que estão contidas neste processo histórico do *trivium*, da compreensão e do uso da linguagem. Como conclui de maneira direta Lévi-Strauss (1957, p. 316), "Se a escrita não bastou para consolidar os conhecimentos, ela era talvez indispensável para fortalecer as dominações." Eis o império simbólico do *trivium*.

References

- Agamben, Giorgio. (2008). *O que resta de Auschwitz. Homo sacer III*. São Paulo: Boitempo.
- Aristóteles. (2005). *Metafísica*. São Paulo: Loyola.
- Aristóteles. (1966). *Poética*. Porto Alegre: Editora Globo.
- Aristóteles. (1991). *Rhétorique*. Paris: Gallimard.
- Auroux, Sylvain. (1998). *A filosofia da linguagem*. Campinas (SP): Unicamp.
- Bakhtin, Mikhail. (2006). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- Braman, S. (2006). *Information, policy, and power in the informational state*. In *Change of state: Information, policy, and power*, pp. 1-8. Cambridge, MA: MIT Press.
- Cassin, Barbara. (2005). *O Efeito sofístico*. São Paulo: ed. 34.
- Capurro, Rafael. (1992). *What is Information Science for? a philosophical reflection* In: Vakkari, P.; Cronin, B. (Ed.). *Conceptions of Library and Information Science; historical, empirical and theoretical perspectives*. In: *International conference for the celebration of 20th anniversary of the department of information studies, University of Tampere, Finland.1991. Proceedings...* London, Los Angeles: TaylorGraham. p. 82-96.
- Catanzariti, Mariavittoria. (2010). *New arcana imperii*. Disponível in: <<http://escholarship.org/uc/item/81q0030z>>. Access 19 jun. 2017.
- Capurro, Rafael. (2009). *Intercultural information ethics*. In: Elizabeth A. Buchanan and Kathrine A. Henderson (eds.). *Case Studies in Library and Information Science Ethics*, Jefferson, NC: McFarland, 2009. p 118-136.
- Latour, Bruno. (2002). *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. Bauru: EDUSC.

- Lévi-Strauss, Claude (1957). Tristes trópicos. São Paulo: Anhembi.*
- McLuhan, Marshall. (2012). O trivium clássico: o lugar de Thomas Nashe no ensino de seu tempo. São Paulo: É Realizações.*
- McLuhan, Marshall. (2017). La galaxie Gutemberg: la g n se de l'homme typographique. Paris: CNRS  ditions.*
- Otlet, Paul. (1934). Traité de documenatation: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelles: Editions Mundaneum.*
- Platão. (1963). Cr tulo: diálogo sobre a justiça dos nomes. Lisboa: S  da Costa.*
- Platão. (2002). Diálogos: Protágoras, G rgias, Fed o. 2.ed. revis. Belém: Editora Universitária UFPA.*
- Platão. (2000). Fedro ou Da Beleza. Liboa: Guimarães Editores.*
- Platão. (2008). A República. 11. ed. Lisboa: Funda o Calouste Gulbenkian.*
- Senellart, Michel (2006). As artes de governar: do regimen medieval ao conceito de governo. São Paulo: Editora 34.*
- Shannon, Claude. E; Weaver, Warren. (1975). A Teoria matemática da comunica o. São Paulo: DIFEL.*
- Wiener, Norbert. (1989). The human use of human beings: cibernetics and society. Londres: Free Association Press.*